

No Dia do Professor, TCMRio assina convênio expandindo para São Paulo programa de gestão escolar

Na Sessão Plenária desta quarta-feira (15), o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio) assinou um convênio com a Fundação Educandário Coronel Quito Junqueira para a implantação do Programa Ciência e Gestão pela Educação (PCGE) em 32 municípios do Estado de São Paulo.

Com o objetivo de aprimorar a gestão escolar em centenas de escolas públicas de São Paulo, o programa deverá alcançar cerca de 100 mil alunos até 2026. A assinatura do convênio ocorreu na presença de conselheiros e servidores do TCMRio, sendo formalizada pelo presidente da Fundação, Marcos Rocha Awad, pelo diretor executivo, Fabiano Gonçalves, pelo presidente do TCMRio, Luiz Antonio Guaraná, e pelo conselheiro relator da Educação e responsável pelo PCGE, Felipe Puccioni.

O conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas, Otávio Lessa, que esteve em visita ao Tribunal carioca, também assinou o convênio como testemunha e destacou o interesse em implementar o programa no estado de Alagoas.

Durante o evento, o presidente Luiz Antonio Guaraná agradeceu aos representantes da Fundação pela parceria e ressaltou o simbolis-



Assinatura do convênio ocorreu durante a Sessão Plenária desta quarta-feira

mo de, justamente no Dia do Professor, firmar um acordo que visa ampliar o PCGE e beneficiar milhares de estudantes. Guaraná também agradeceu a presença do Conselheiro Otávio Lessa nesse momento importante.

Criado como braço de tratamento de um experimento aleatório inédito, o PCGE nasceu a partir da tese de Doutorado do Conselheiro Felipe Puccioni na Universidade de Cambridge.

O Programa Ciência e Gestão pela Educação (PCGE) tem se destacado pela sua importância e iniciativa inovadora voltada ao aprimoramento das políticas públicas educacionais por meio de evidências concretas. A proposta aplica um conjunto de 23 práticas de gestão escolar discutidas na literatura acadêmica internacional e adaptadas à realidade brasileira, com impacto comprovado no desempenho dos estudantes.

Em Seminário, ACRJ valoriza as qualidades fluminenses

A Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) mostrou, na última semana, que os problemas do estado têm solução durante o III Fórum Rio Empreendedor, em sua sede no Centro.



Lucas Padilha, secretário municipal de Cultura do Rio, com o empresário Alexandre Accioly



O presidente da ACRJ, Josier Vilar, com Pedro Cirilo, Bap e Fred Luz

E mais que isso: valorizou as qualidades fluminenses, muitas vezes deixadas em segundo plano devido à violência. A terceira edição do evento teve como tema “O Rio que queremos: um mar



O anfitrião Josier Vilar, com Eduardo Rebuzzi, da Fetranscarga; e o secretário de Segurança Pública, Victor Santos



Renata Moitinho, CEO do Sonhos dos Pés, e Camille Loyo Faria, diretora da Americanas

de oportunidades para quem deseja aqui viver, trabalhar, empreender, investir e visitar”. Temas como Segurança Pública, cultura, entretenimento, turismo e futebol foram debatidos.

Fotos Estefan Radovicz



O presidente do Flamengo, Bap, com o anfitrião Josier Vilar, durante conversa



Durante o seminário, que aconteceu na semana passada, o presidente da ACRJ, Josier Vilar, com o diretor-presidente do Museu do Amanhã, Ricardo Piquet

PINGA-FOGO

■ OAB-RJ ANUNCIA REDUÇÃO DE 17% NO VALOR DA ANUIDADE PARA A ADVOCACIA - A Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) vai reduzir o valor da anuidade para a advocacia de todo o estado. Segundo a presidente Ana Tereza Basilio, a redução será de 17,49%, saindo de R\$ 1.193,83 para R\$ 985,00, a partir de dezembro. Esta é a maior redução de anuidade registrada nos últimos 20 anos pela Seccional.

■ Uma das principais promessas de campanha da primeira mulher presidente da OAB-RJ em 94 anos de história, a redução no valor da anuidade, chegou antes do previsto. De acordo com a Ordem, a medida só foi possível por causa da reforma administrativa realizada nos primeiros meses do ano, com readequação do corpo funcional, correção de distorções salariais, de acordo com valores praticados pelo mercado, e revisão dos contratos de prestação de serviços.

■ “Foi um período difícil. Tivemos que cortar na própria carne para reequilibrar as contas da OAB-RJ. Graças a muito trabalho, foi possível reorganizar a casa e dar essa boa notícia para a advocacia de todo o estado, de reduzir o valor da anuidade, mantendo a qualidade dos serviços que a gente oferece”, disse a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio.

■ IA EM DOSE DUPLA I - O Assistente de Inteligência Artificial Generativa (Assis) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) foi avaliado pelo Instituto de Tecnologia da Universidade de Oxford, nos Estados Unidos, como uma das ferramentas mais avançadas e importantes do mundo. A análise foi feita com base em um estudo mundial sobre ferramentas de IA no Judiciário global.

■ O estudo cita que o sistema Assis gera rascunhos de decisões judiciais, sentenças e pareceres utilizando modelos generativos baseados no GPT-4. O sistema adapta a produção ao estilo de escrita e ao histórico judicial de cada magistrado, baseando-se em suas decisões e pareceres anteriores, e também permite que os juízes façam perguntas sobre os documentos do processo e acessem informações relevantes diretamente dos autos eletrônicos. A universidade americana destaca que o sistema opera de forma segura, com governança de dados e registros de auditoria, não reutilizando dados para treinamento de IA.

■ IA EM DOSE DUPLA II - Na última terça-feira (14), foi realizada uma audiência pública na Câmara Municipal de Petrópolis (CMP) para discutir os impactos da inteligência artificial na educação e os caminhos para o fortalecimento do ecossistema local de ciência e tecnologia. Coordenado pela Comissão de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos e presidido pela vereadora e professora Livia Miranda, o encontro destacou a mobilização pela instalação de um supercomputador de inteligência artificial na cidade, iniciativa que busca consolidar Petrópolis como a “capital nacional da inteligência artificial”.

■ Além disso, a audiência contou com a participação de diversos especialistas, acadêmicos e autoridades, como o vereador Thiago Damaceno, o Prof. Dr. Esteban Clua (UFF), Pedro Correa (Instituto Máquina Aberta), Mateus Ferreira de Bastos (UFRJ/Oasis), Douglas Ferreira (CIEP da Posse/Instituto Máquina Aberta), Tomás Martinelli (Instituto Máquina Aberta), Fábio Borges (Diretor do LNCC), Marcilene Scantamburlo (Secretaria Municipal de Educação), a deputada estadual Dani Balbi, entre outros.

Fernando Molica

Ao radicalizar, governo mostra força e fraqueza

A decisão do governo de demitir indicados por deputados infieis foi uma demonstração de força mas também de fraqueza. Houve o reconhecimento de que tem uma base instável e nada confiável, formada por políticos que vão para ou para o outro dependendo da direção dos ventos e dos seus interesses — e não há muito mais a fazer em relação a isso.

O Planalto sabe que, depois da experiência de governar o país durante boa parte do mandato de Jair Bolsonaro, o Centrão ficou ainda mais guloso, passou a pensar alto.

Foi-se o tempo em que esse grupo heterogêneo de partidos e de políticos se contentava com um papel secundário; como no título de uma velha peça de teatro de revista, eles querem é poder.

Em entrevista ao jornal O Globo, a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que não daria para temer uma vingança dos parlamentares que tiveram seus indicados demitidos: “Mas o que eles vão fazer além de votar contra o governo como já estão votando?”, questionou, numa releitura do “Pior que tá, não fica”, mote do deputado Tiririca (PL-SP).

Mas, política experiente, ela sabe que tudo pode sempre piorar; a retaliação ordenada pelo

Planalto tem capacidade de reduzir o que resta de boa vontade numa base assentada sobre o pântano do toma lá, dá cá. Ainda mais diante da perspectiva de lançamento de algum candidato competitivo da direita para a eleição presidencial de 2026.

O governo, porém, avalia que vale a pena usar seu bom momento e as trapalhadas e brigas internas da oposição para delimitar um espaço e tentar avançar. É dissesse para o Centrão algo como “Quer ir, vai, mas veja só como estão as coisas por lá” — alerta que inclui a condenação de Bolsonaro, os ataques de seu filho Eduardo, a bateção generalizada de cabeças.

No momento seguinte, o Planalto mostria o próprio quintal, florido com a recuperação da popularidade de Lula e seu favoritismo para 2026, a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, a “indústria petroquímica” entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos.

Não há qualquer certeza de que estimular o jogo na base do pegar ou largar vai dar certo. As rusgas com deputados aumentam o saldo devedor do Planalto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que diariamente atualiza o tamanho do seu crédito.

Ontem, Lula ainda deu palanque para o presidente da Câ-

mara, Hugo Motta (Republicanos-PB), referência nessa história de andar para um lado e para o outro — o presidente mostrou que quer fazer novos e bons amigos e que seu coração e o Diário Oficial ainda têm muitos espaços para serem preenchidos.

Cria do movimento sindical, o petista sabe a importância de negociar. Acredita que boa parte do Centrão vai se render e aceitar que é melhor construir um acordo razoável com o governo do que correr o risco de naufragar no barco da oposição.

Ao individualizar comportamentos de deputados, o governo reconhece o óbvio: no sistema político brasileiro, a maioria dos parlamentares atua como se fosse um partido, atua de acordo com seus próprios interesses. Até porque, com as óbvias exceções à esquerda e à direita, as legendas não representam ideologias, não têm qualquer compromisso programático.

Não adianta muito, portanto, fazer acordos e distribuir cargos para partidos que não conseguem e/ou não querem entregar todos os seus votos no Congresso. O que vale é investir em cada deputado e senador, rezar a oração que o patrono do Centrão, o ex-deputado Roberto Cardoso Alves, surrupiou do altar de São Francisco de Assis, a do é dando que se recebe. A salvação, ensina o cristianismo, é individual.

Tales Faria

Em favor de Pacheco no STF, Alcolumbre faz suspense nos vetos

A manchete do portal oficial do Senado até as 19h desta quarta-feira, 15, era a seguinte: “Adiada votação da LDO; Congresso analisará apenas vetos à Lei do Licenciamento.”

O portal é acompanhado por lupa pela assessoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Com o aval dele, deixou no ar praticamente por todo o dia a dúvida sobre se a votação dos vetos à Lei de Licenciamento Ambiental iria ocorrer no dia seguinte, ou seja, nesta quinta-feira.

Enquanto o portal permanecia confirmando a votação, o próprio Alcolumbre dava a entender a senadores próximos que ela não haveria.

O motivo do suspense era o interesse de Alcolumbre em garantir que sua indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) será encampada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Lula tem sofrido forte pressão, não só de Alcolumbre, mas também de ministros do STF e políticos do centrão para indicar Pacheco à vaga aberta pela aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso. Mas também tem sido aconselhado por assessores e políticos do PT a não indicar o senador.

Petistas temem que o clima de beligerância entre o Palácio do

Planalto e o centrão aumente e, neste caso, cada ministro da confiança do presidente será decisivo para barrar pautas bombas contra o governo.

Episódios como os julgamentos do Mensalão e da Lava Jato, assim como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e o período de prisão do próprio Lula, ainda assombram os petistas.

Nesses episódios, políticos do centrão rapidamente saíram da posição de aliados para opositores. E ministros do Supremo ou se tornaram verdadeiros carrascos, ou, no caso dos mais próximos ao PT, se omitiram.

Desde que Lula voltou à Presidência da República, tem sido aconselhado a não indicar para o STF nenhum ministro que não seja de sua inteira confiança.

No caso de Pacheco, Lula até tem alguma confiança nele, mas não tanto quanto, por exemplo, em Jorge Messias, o ministro-chefe da Advocacia Geral da União que tem o apoio total dos petistas para a vaga.

No xadrez dos petistas, Lula deveria indicar alguém de sua inteiríssima confiança para o STF e negociar com Pacheco que ele se torne o candidato do Planalto para governador de Minas Gerais.

Mesmo quanto a Messias há dúvidas se Lula não aproveitará

para se render às pressões da ala do PT que defende a indicação para o STF de uma mulher negra da confiança do presidente.

Diante de tantas dúvidas e pressões, Lula hesita em bater o martelo, o que deixa o centrão e Alcolumbre mais excitados ainda.

Para o centrão, se assumir no STF, Pacheco funcionará como um representante do grupo na Corte. Alcolumbre tem um acordo de apoio mútuo com ele, que deseja cumprir agora, no preenchimento da vaga do STF. E o próprio Pacheco tem dito a amigos que não deseja concorrer a governador e que prefere tornar-se ministro do STF.

Esticar a corda com a votação dos vetos ao projeto de licenciamento ambiental interessa a Alcolumbre como uma forma de pressionar Lula. Daí porque ele manteve em suspense se adiará ou não a sessão do Congresso desta quinta-feira.

Se a votação de fato for adiada, haverá mais uma semana de suspense e negociações pela frente para mexer com os nervos do centrão, dos ambientalistas interessados em saber o destino do licenciamento ambiental, dos petistas temerosos de traições e das torcidas pelos candidatos e candidatas à baga no Supremo Tribunal Federal.